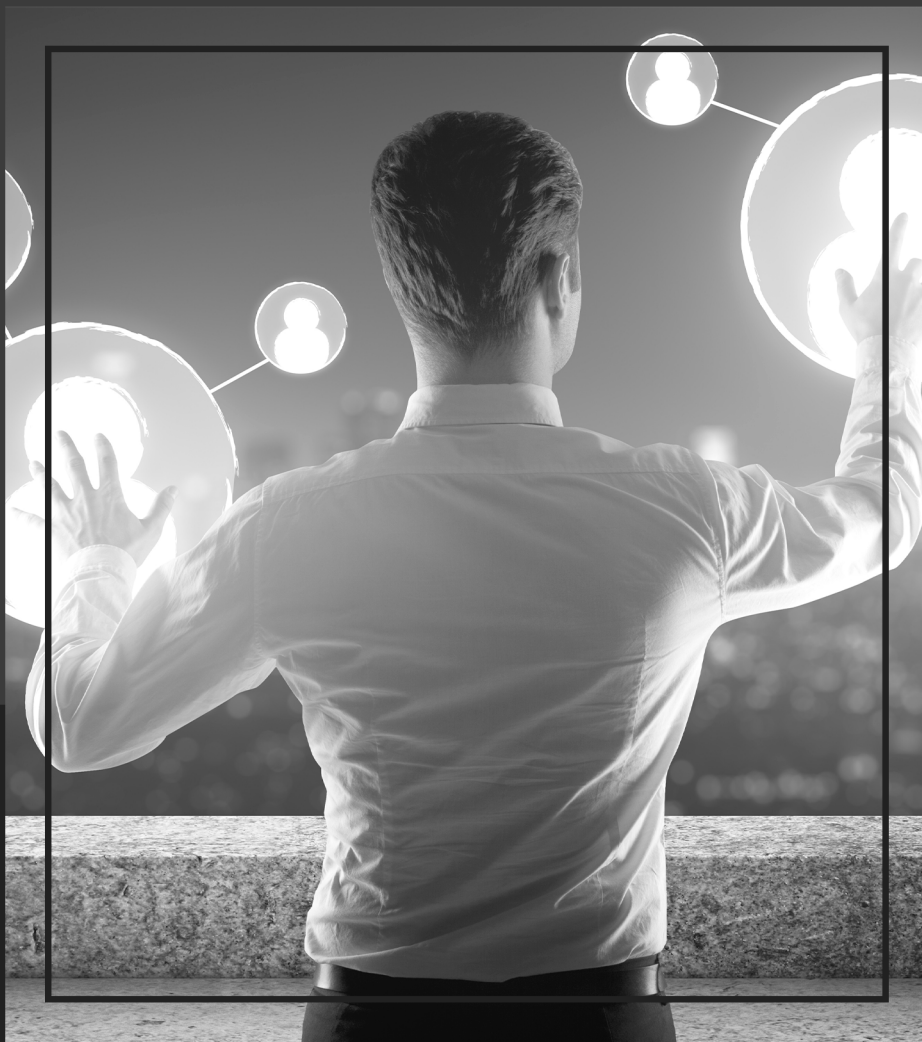




GESTÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2020



GESTÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

Elói Martins Senhoras
(Organizador)

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliãni Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Gestão, trabalho e desenvolvimento organizacional

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremona
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Elói Martins Senhoras

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G393 Gestão, trabalho e desenvolvimento organizacional /
Organizador Elói Martins Senhoras. – Ponta Grossa -
PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-550-1

DOI 10.22533/at.ed.501200411

1. Gestão. 2. Trabalho. 3. Desenvolvimento. I.
Senhoras, Elói Martins (Organizador). II. Título.

CDD 658

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O presente livro, “Gestão, Trabalho e Desenvolvimento Organizacional” tem o objetivo de discutir o estado da arte no campo dos estudos administrativos, por meio da apresentação de uma coletânea diversificada de estudos teóricos e empíricos, os quais refletem uma riqueza de temáticas estratégicas, bem como a realidade organizacional e do trabalho no Brasil e no mundo.

Estruturado em 19 capítulos, esta obra apresenta relevantes debates relacionados ao tripé analítico sobre gestão, trabalho e desenvolvimento organizacional, por meio da apresentação destes três eixos centrais de discussão, os quais se articulam entre si por meio de uma incremental lógica dedutiva que parte da abstração teórica no campo epistemológico da Administração até chegar à empiria de um conjunto de estudos de caso.

No primeiro eixo temático, o pensamento administrativo e a realidade estratégica da gestão são apresentados tomando como referência a combinação de uma abordagem teórica com uma diversidade de estudos de caso que lidam com a gestão pública e privada, bem como os paradigmas tradicionais e inovativos da Administração.

No segundo eixo temático, o mundo do trabalho é analisado à luz das oportunidades e desafios, a partir de uma escala elástica que parte da ótica microeconômica dos indivíduos em suas especificidades sociais, passando pelo ambiente organizacional da gestão de pessoas, até se chegar à ótica macroeconômica do mercado de trabalho em um contexto de globalização.

No terceiro eixo temático, o desenvolvimento organizacional é apresentado através da análise empírica e contextualizada do uso de ferramentas de gestão, as quais são aplicadas estrategicamente em realidades organizacionais específicas, tendo como pano de fundo ações de planejamento, gestão da informação e do conhecimento, gestão financeira e gestão da qualidade.

A proposta implícita nesta obra tem no paradigma eclético o fundamento para a valorização da pluralidade teórica e metodológica, sendo este livro construído por meio de um trabalho coletivo de pesquisadoras e pesquisadores oriundos de diferentes estados brasileiros, o que repercutiu em uma rica oportunidade para o compartilhamento de experiências no campo epistemológico da Administração.

Caracterizada por uma natureza exploratória, descritiva e explicativa quanto aos fins e uma abordagem quali-quantitativa, esta obra foi estruturada pela conjugação de uma lógica convergente no uso do método dedutivo a fim de possibilitar divergentes abordagens teórico-conceituais para abordar a realidade empírica dos estudos de caso, assim resultando em uma pluralidade de debates.

Com base nos resultados obtidos nesta obra, uma rica lista de debates teórico-conceituais, bem como de ferramentas e modelos de gestão são apresentados ao grande público, leigo ou especializado, corroborando assim para a difusão de uma didática abordagem sobre temas estratégicos, não apenas relacionados ao atual estado da arte nos estudos administrativos, mas também adaptados à realidade brasileira.

Excelente leitura!

Elói Martins Senhoras

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO A PARTIR DOS PRESSUPOSTOS DAS ESCOLAS DE ESTRATÉGIA DISSEMINADOS NO ENSINO ACADÊMICO	
Joildo Pereira Nascimento	
Rosália Maria Passos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.5012004111	
CAPÍTULO 2	16
INTERAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO: IDENTIFICANDO AS PRÁTICAS DE GESTÃO DAS EMPRESAS DE IRECÊ ATRAVÉS DO SEMINÁRIO INTERDISCIPLINAR DE PESQUISA E EXTENSÃO (SIPE/ ADMINISTRAÇÃO)	
André de Oliveira Alves	
Cristiano Silva Santos	
Lara Amorim Helfenstein	
Ana Karine Loula Torres Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.5012004112	
CAPÍTULO 3	30
PARADIGMAS DE GESTÃO NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS: DO BUROCRÁTICO AO PARTICIPATIVO	
Lidnei Ventura	
Klalter Bez Fontana	
Roselaine Ripa	
DOI 10.22533/at.ed.5012004113	
CAPÍTULO 4	43
MAPEAMENTO DE COMPETÊNCIAS GERENCIAIS NAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO	
Victor Daniel de Oliveira e Silva	
Gabrielly Nunes Braga	
Juliana Silva Santos	
Leonardo do Nascimento Santos	
DOI 10.22533/at.ed.5012004114	
CAPÍTULO 5	57
A IMPORTÂNCIA DA TOMADA DE DECISÕES NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	
José Augusto Theodosio Pazetti	
Sandra de Oliveira Soares Cardoso	
DOI 10.22533/at.ed.5012004115	
CAPÍTULO 6	65
GESTÃO ORGANIZACIONAL: CONTROLLER NO PROCESSO DECISÓRIO DAS	

EMPRESAS

Mateus Oliveira de Carvalho
Taís Fabiane Mendes Nascimento
Rozinei Silva Rodrigues Mendonça

DOI 10.22533/at.ed.5012004116

CAPÍTULO 7..... 74

ELABORAÇÃO DE UM PLANO DE AÇÃO PARA ALAVANCAR O CRESCIMENTO DE UMA EMPRESA DO SETOR ALIMENTÍCIO EM CHAPADÃO DO SUL-MS

Bruna dos Anjos de Jesus
Evandro Martins Silva
Alison Guimaraes de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.5012004117

CAPÍTULO 8..... 88

eTRANSPARÊNCIA A PARTIR DO USO SISTÊMICO DE DADOS, INFORMAÇÃO E CONHECIMENTO

Ricardo de Assis Teixeira

DOI 10.22533/at.ed.5012004118

CAPÍTULO 9..... 104

PREVENÇÃO DE PERDAS NO VAREJO DE VIAGENS – UM ESTUDO DE CASO

Antônio Carlos Magalhães da Silva
Marco Antônio Barreiros Calvinho
Paulo Henrique Ceciliano

DOI 10.22533/at.ed.5012004119

CAPÍTULO 10..... 122

DETERMINANTES DE EFICIÊNCIA EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO: UMA ANÁLISE POR MEIO DO SISTEMA PEARLS

Heverton Freire Almeida
José Roberto de Souza Francisco
Wagner Moura Lamounier

DOI 10.22533/at.ed.50120041110

CAPÍTULO 11..... 140

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTOS: ANÁLISE DA ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DO CPC28 NAS EMPRESAS LISTADAS NO B3 DO SETOR IMOBILIÁRIO

Geovane Franco Alfonso
Silvana Duarte
José Mauro da Silva Lima
Adham Najeh Abdel Hamid Mohd Mustafa
Eduardo Ferrufino Guzman
Ana Lúcia Monteiro Maciel Golin

DOI 10.22533/at.ed.50120041111

CAPÍTULO 12.....	161
ANÁLISE DOS INDICADORES DE DESEMPENHO DA ANM-RO/AC: ESTUDO COMPARATIVO DO PERÍODO DE 2014 A 2017	
Allembert Dourado Ribeiro	
Antônio Teotônio de Souza Neto	
DOI 10.22533/at.ed.50120041112	
CAPÍTULO 13.....	170
APLICAÇÃO DAS FERRAMENTAS TRADICIONAIS DA QUALIDADE: ESTUDO DE CASO EM UMA MINERADORA LOCALIZADA EM SÃO LUÍS/MA	
Andréa Patrícia Castro Leite	
Leydiana de Sousa Pereira	
Natália de Oliveira Lima	
DOI 10.22533/at.ed.50120041113	
CAPÍTULO 14.....	192
BREVE AVALIAÇÃO DO CENÁRIO REGULAMENTAR DA GERAÇÃO DISTRIBUÍDA NO BRASIL	
Edisio Alves de Aguiar Junior	
Vinícius Maciel Pinto	
DOI 10.22533/at.ed.50120041114	
CAPÍTULO 15.....	202
FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS INDISPENSÁVEIS À GESTÃO DE PESSOAS NAS ORGANIZAÇÕES	
Robson Sueth	
André Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.50120041115	
CAPÍTULO 16.....	223
EM BUSCA DA FELICIDADE: O QUE ESTÁ POR TRÁS DAS ESCOLHAS DAS MULHERES NA CONSTRUÇÃO DE SUAS CARREIRAS?	
Mariana Lopes Torres	
Isabel de Sá Affonso da Costa	
Cecilia Lima de Queirós Mattoso	
DOI 10.22533/at.ed.50120041116	
CAPÍTULO 17.....	247
NO MUNDO CORPORATIVO AS DIFERENÇAS NÃO SÃO IGUAIS: UMA DISCUSSÃO SOBRE A CONTRATAÇÃO DE DEFICIENTE	
Janaína Régis da Fonseca Stein	
Diego Maciel dos Santos Martins	
João Pedro Gonçalves Brasil Vieira	
Micaela Fornoni	
Rodolfo Zambom Silva	
Thaylher H. Bortoletto	
DOI 10.22533/at.ed.50120041117	

CAPÍTULO 18.....	250
O LONGO CAMINHO: DA SOBREVIVÊNCIA À TRANSCENDÊNCIA DO TRABALHO EM TEMPOS DE GLOBALIZAÇÃO	
<i>Maria Lucia Azevedo Espinar</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50120041118	
CAPÍTULO 19.....	260
A DÍVIDA PÚBLICA E O FUNDO PÚBLICO NO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA E AS POLÍTICAS SOCIAIS	
<i>Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento</i>	
<i>Celyane Souza dos Santos</i>	
<i>Maria de Fátima Leite Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.50120041119	
SOBRE O ORGANIZADOR.....	271
ÍNDICE REMISSIVO.....	272

CAPÍTULO 19

A DÍVIDA PÚBLICA E O FUNDO PÚBLICO NO CAPITALISMO: UMA ANÁLISE DOS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Data de aceite: 03/11/2020

Eryenne Lorryne Sayanne Silva do Nascimento

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
João Pessoa-PB

Celyane Souza dos Santos

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
João Pessoa-PB

Maria de Fátima Leite Gomes

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
João Pessoa-PB

RESUMO: O presente artigo tem o objetivo de analisar a dívida pública que enfatiza a luta de classes e a disputa pelo fundo público. Neste sentido, busca investigar de forma crítica e reflexiva o capital financeiro e a diminuição das políticas sociais. Utiliza-se a metodologia bibliográfica e o método marxista, embasado em autores como Brettas, Salvador, Yamamoto, e entre outros. Para alcançar o objetivo proposto, será importante explicar sobre a relação da dívida pública e do fundo público, bem como os impactos para a classe trabalhadora e políticas sociais. Sendo assim, o estudo mostrará as estratégias do capital e da dívida pública e seu processo de desestabilização da política social. Desse modo, compreende o desenvolvimento do capitalismo, à luz do neoliberalismo e sua funcionalidade mediante o Estado, a fim de impulsionar a economia de mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Dívida Pública. Fundo Público. Classe Trabalhadora. Política Social.

ABSTRACT: This article aims to analyze the public debt that emphasizes the class struggle and the dispute over the public fund. Based on this, it seeks to investigate in a critical and reflective way the financial capital and reduction of social policies. We used the bibliographic methodology and the Marxist method, based on authors such as Brettas, Salvador, Yamamoto and others. To achieve the proposed objective, it will be important to explain the relationship between public debt and public funds, as well as the impacts on the working class and social policies. Thus, the study showed capital and public debt strategies and their process of destabilizing social policy. In this way, it understands the development of capitalism, in the light of neoliberalism and its activity using the State, in order to impulse market economy.

KEYWORDS: Public debt. Public Fund. Working class. Social Policy.

1 | INTRODUÇÃO

O sistema capitalista, em sua lógica perversa, incorpora estratégias de contenção de suas crises estruturais. Esse atributo necessário para a manutenção da ordem vigente relaciona-se diretamente com os mecanismos propulsores da acumulação do capital. Este artigo abordará, especificamente, a dívida pública como elemento central no contexto contemporâneo da luta de classes, bem como, a disputa pelo fundo público e os impactos para a classe trabalhadora e na configuração atual das políticas sociais.

Em tempos de capital financeiro,

ampliação do Estado para os interesses do capital e retraimento das políticas sociais, a dívida pública perpetua-se de forma mais intensa. Durante o processo do modo de produção, a mesma, ocupa uma posição de destaque e assume diversas características desde o período de acumulação primitiva.

Para tanto, frisando a racionalização do capital na contemporaneidade, não é possível abordar a dívida pública sem mencionar a articulação existente com o fundo público. Ambos trazem uma configuração impactante para a classe trabalhadora e as políticas sociais, que por sua vez, está inserido nos condicionamentos duplamente.

Esse modelo de desenvolvimento, à luz do neoliberalismo, opera em condições de impulsionar a economia de mercado, a partir das regras do ambiente econômico internacional. Dessa maneira, molda-se às exigências impostas aos países periféricos, cumprindo as suas receitas: abertura das economias ao comércio e finanças internacionais, redução dos gastos públicos (privatizações, quebra de monopólios e enxugamento de gastos sociais), desregulamentação dos mercados (ênfase no investimento privado), combate à inflação e maior disciplina fiscal.

Desse modo, a discussão pretende contribuir diretamente com as análises dos impactos na vida da classe trabalhadora, e como ocorre a apropriação do fundo público pela classe dominante, além de explicitar como torna-se rentável para o capital financeiro de forma que esteja, também, como uma estratégia utilizada em tempos de crise do capital.

2 I A CONFIGURAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA COMO UMA ESTRATÉGIA DE MANUTENÇÃO DO CAPITAL

Para situar a articulação da dívida pública e a apropriação do fundo público pelo capital, faz-se necessário apreender o papel significativo que a dívida pública exerce na reprodução do capital, principalmente, mediante a implementação das políticas de orientação neoliberal. No movimento do real, o espiral da dívida pública dos Estados capitalistas, atua na contramão, da ampliação do bem-estar da sociedade, incorporando um discurso sob a não penalização da geração atual.

Historicamente, os recursos financeiros centralizados pela dívida sempre foram cativos dos mercados financeiros. Com a nova etapa da acumulação financeira, os dividendos tornam-se também um mecanismo importante de transferência de riqueza e de acumulação. A pressão dos mercados sobre os grupos industriais impõe novas normas de rentabilidade e exigências de redução de custos salariais, aumento de produtividade e flexibilidade nas relações de trabalho. (SALVADOR, 2010, p. 611)

Na contemporaneidade, o capital portador de juros, permeia um rendimento monetário que provenha ou não de um capital. Nesse sentido, a dívida pública constitui uma dimensão significativa na produção do capital ampliado, no que tange

justamente na valorização deste capital fictício. Vale ressaltar, que a inserção da dívida pública desde a acumulação primitiva exerce um papel de meio propulsor para a consolidação do capital, perpetuando o sistema mesmo diante as crises estruturais.

Em tempos de capital fetiche, a configuração do espiral da dívida pública modifica-se mediante as formas de reprodução do capital e seus imperativos no modelo atual de produção, o que não altera sua estrutura, mas explicita características específicas. Iamamoto (2009) levanta alguns aspectos:

A esfera estrita das finanças, por si mesma, nada cria. Nutre-se da riqueza criada pelo investimento capitalista produtivo e pela mobilização da força de trabalho no seu âmbito. Nessa esfera, o capital aparece como se fosse capaz de criar “ovos de ouro”, isto é como se o capital-dinheiro tivesse poder de gerar dinheiro no circuito fechado das finanças, independente da retenção que faz dos lucros e dos salários criados na produção o fetichismo das finanças só operante se existe produção de riquezas, ainda que as finanças minem seus alicerces ao absorverem parte substancial do valor produzido (IAMAMOTO, 2009, p. 18)

Nessa perspectiva, mesmo consciente da restrita necessidade da exploração da força de trabalho, na configuração atual do capital, através do capital fictício tornou-se possível a obtenção do lucro apenas da rentabilidade dos juros. Entretanto, isto não extingue as crises estruturais que afetam o sistema, ao contrário, traz outras formas de acumulação do capital excedente.

Desde a crise dos anos de 1970, através das estratégias de manutenção, a ferro e fogo os Estados capitalistas conseguiram ser exitosos na recuperação das taxas de lucro e na valorização do capital. No epicentro, localizava-se o capital fictício, ou seja, na forma do capital portador de juros e sua “forma aloucada”, o que demonstra em termos da produção global capitalista, uma base crescentemente ou parasitária ou fictícia de valorização do capital.

Nesse sentido, a dívida pública é um pilar importante de sustentação da valorização do capital, sobretudo, no contexto atual da valorização do capital fictício que em concordância com Iamamoto (2009):

[...] no caso da dívida pública, o Estado tem que pagar aos credores o juro referente ao capital emprestado. O credor possui o título de dívida contra o Estado, que lhe dá direitos sobre as receitas anuais do Estado, produto anual dos impostos (IAMAMOTO, 2009, p. 18).

A reprodução do capital, cada vez mais, em termos da totalidade, sobre base fictícia contribui para a exacerbação da crise do capital. Considerando a crise atual do capital, cujo principais Estados capitalistas injetaram uma enorme quantidade de recursos para o “grande capital”, que ocasionou no inchaço da dívida pública. Nesse

sentido, o aumento da dívida pública ocorreu não por ineficiência do Estado, mas foi para evitar a desvalorização do capital fictício, como aponta Brettas (2012):

A utilização do Estado para garantir as condições de acumulação capitalista foi um dos elementos levantados por Marx e reforçados por muitos dos principais pensadores da tradição marxista, dentre os quais destacamos Mandel. Não nos parece que, as proporções sejam maiores atualmente, isso seja suficiente para advogarmos no sentido da necessidade de uma revisão da lei do valor. Ao contrário, é justamente porque a lei do valor está operante, e, com isso, a tendência decrescente de taxa de lucro, que o fundo público vai, paulatinamente, assumindo essa posição (BRETTAS, 2012, p. 107).

Ainda, em conformidade com Brettas (2012), voltando-se para a discussão da dívida pública realizada por Marx, a autora traz características históricas do papel da dívida pública na acumulação do capital. Para tanto, menciona que a dívida pública se estabelece como um ponto de partida na acumulação do capital, elemento este colocando como inesgotável nesse processo (BRETTAS, 2012).

É possível enfatizar que nesse processo, como aponta Brettas (2012):

[...] a dívida pública, que contribuiu para a consolidação do capitalismo, no período pós-guerra estimulou a aceleração da acumulação de capital e passou desde o final do século XX, a cada vez mais alimentar um processo de reprodução ampliada de base financeira-especulativa por meio do capital fictício. Trata-se, desse modo, de uma mudança no lugar que a dívida pública assume no circuito de valorização capitalista (BRETTAS, 2012, 100).

A funcionalidade da dívida pública para o capital, ganha destaque no período da crise, ao redimensionar os seus pressupostos na valorização do capital fictício. Para analisar-se o desenvolvimento do capitalismo e as particularidades assumidas na contemporaneidade, faz-se necessário compreender esses meios propulsores do sistema. O modo de produção estabelece a dissociação entre trabalhadores e meio de produção, a partir do momento em que o capital torna-se mais independente não concentra-se nessa dissociação, no entanto e a reprodução é disseminada de forma mais abrangente.

Quando se refere aos meios propulsores da acumulação primitiva, baseia-se nos elementos utilizados para a acumulação do capital, apresentados por Brettas (2012), como a dívida pública, o moderno sistema tributário e o protecionismo. Para Marx, destacam-se como os meios que impulsionam a acumulação primitiva são possíveis estabelecer que eles tenham em comum o uso da força e poder do Estado, dimensionado por diferentes níveis de distribuição a depender do período ao qual estava sendo perpetuado.

Desde o sistema colonial que o crédito público engendra, contendo formas de organização diferentes, considerando à época alocada. A primeira experiência do

mesmo ocorreu na Idade Médica em Gênova e Veneza, logo mais disseminou pela Europa. Desde então, impulsiona a perpetuação do sistema, pode-se considerado uma alavanca que contribuiu para a origem do capitalismo industrial. A dívida pública, por exemplo, ocorreu primeiro na Holanda, que imprimiu a marca do Estado na era capitalista, e utilizado até os dias atuais (BRETTAS, 2012).

Desse modo, a dívida pública posiciona-se em sua funcionalidade para o capital, como um relevante instrumento de consolidação das relações capitalistas de produção, independente das formas de organização de determinada governança. Mais uma vez, em concordância pela com Brettas (2012), a qual discute verdadeiramente as concepções de Marx, vale ressaltar que a dívida pública adquire o caráter coletivo, principalmente quando se refere à partilha das riquezas nacionais. Para melhor estabelecer, a autora aponta:

Apesar de uma suposta preocupação com o bem comum e a satisfação da coletividade, presente em determinadas formas de governo, os interesses que estão à frente desse processo buscam garantir e defender a propriedade privada, Esses interesses particulares, ao aparecerem como universais, tornam coletivo o sentimento de responsabilidade sobre o seus ônus – como é o caso da dívida pública – ainda, que os ganhos permaneçam sendo apropriados privadamente (BRETTAS, 2012, p. 96).

Contudo, mesmo que ocorra a desapropriação da classe trabalhadora, mediante a dívida pública existe o discurso da antítese da propriedade coletiva social que precisa ser mantida e preservada, enfatizando o direito a propriedade privada. Em uma linguagem mais simplista, significa que a proteção à propriedade privada no sistema capitalista deve ser exercida por todos aqueles inseridos, sejam eles pertencentes à classe trabalhadora ou burguesa, mesmo que os trabalhadores não sejam detentores das grandes acumulações que estão deteriorando no período de uma crise, em concordância com Marx.

Vale salientar que, a busca do bem comum e do disseminado sentimento de coletividade abarcado quando situamos dívida pública, refere-se, inevitavelmente ao princípio de proteger a propriedade privada e a reprodução das relações capitalistas. Portanto, para enfatizar a legitimidade da dívida pública, e centralizá-la como verdade, torna-se uma responsabilidade coletiva, disseminando um sentimento orgânico de comunhão dos interesses particulares.

No contexto atual, melhor exemplifica Iamamoto (2009),

[...] os dois braços em que se apoiam as finanças – as dívidas públicas e o mercado acionário das empresas –, só sobrevivem com decisão política dos Estados e o suporte das políticas fiscais e monetárias. Eles encontram-se na raiz de uma dupla via de redução do padrão de vida do conjunto dos trabalhadores, como efeito impulsionado dos

Estados nacionais: por um lado a privatização do Estado, o desmonte das políticas públicas e a mercantilização dos serviços, a chamada flexibilização da legislação protetora do trabalho [...] (IAMAMOTO, 2009, p. 20).

As consequências para a classe trabalhadora será apontada mais adiante, no entanto, ao apontar o sentimento de coletividade frisamos o caráter perverso que o capitalismo finca raízes para garantir sua reprodução. Ou seja, assume um caráter inexorável, que permite racionalizar as irracionalidades do capitalismo em períodos das crises financeiras (HARVEY, 2010). O dogma da dívida pública se insere como primordial na consolidação do capital, como uma alavanca do sistema, dotado de capacidade criadora e fortalecedora desse modo de produção.

Como um instrumento a favor dos capitalistas, a dívida pública trouxe facilidade e comodismo, uma vez que ao tempo em que os empresários são credores do Estado suas somas volumosas convertem em títulos de dívida pública, favoravelmente lucráveis. Ou seja, a parte que lhe cabe dos impostos, representam também os juros de seu capital, frente ao desenvolvimento da moderna bancocracia, ou “império dos bancos” no sistema de financeirização.

A função do banco no processo de financeirização dá as bases substanciais para a acumulação do capital, pode-se dizer de forma mais abrupta, uma vez que, através dos juros exacerbados os lucros ultrapassam o imaginável. “Não basta que o banco recebesse muito mais do que dava, ainda recebendo, continuava credor eterno da nação até o último centavo adiantado” (BRETTAS, 2012).

Segundo Iamamoto (2009, p. 19), “A crescente elevação da taxa de juros favorece o sistema bancário e instituições financeiras, assim como a ampliação do superávit primário afeta as políticas públicas com a compressão dos gastos sociais”. Diante disso, os mesmos ainda permanecem como duplo credor, favorecendo-se com os empréstimos e guardião dos tesouros do país.

A dívida pública também estabelece relações de uma nação Estado para outra, através do sistema internacional de crédito, adotado na agenda do capitalismo desde o princípio. A atividade do empréstimo implica na transferência de recursos, redimensionada por meio da dívida pública, que amplia as formas de lucro quando existe problemáticas na produção, aplicado na atualidade não somente quando esse fator ocorre (BRETTAS, 2012).

Nessa perspectiva, mesmo aparentando que os recursos obtidos estejam na esfera da circulação, ainda sim, são resultado da exploração e superexploração humana. Muitas vezes, advinda da utilização da força de trabalho precarizada, seja ela do trabalho infantil ou da expropriação da força do trabalho informal. As relações obscuras entre a dívida pública e o crédito internacional, intensificam as consequências para a classe que vive do trabalho, que em tempos de crise são

impactadas duplamente.

A relação com o fundo público se insere nesse contexto, na medida que os impostos aparecem em duas centralidades, no apoio a dívida pública na receita e cobrir juros e pagamentos e no sistema tributário como uma engrenagem do sistema, que permite a acumulação da dívida com vistas a conter despesas exorbitantes. Os recursos são apropriados quando a dívida está avolumada e ocasiona no aumento dos impostos, com vistas ao pagamento de novo endividamento (BRETTAS, 2012).

Para tanto, recai para a classe trabalhadora o ônus de alimentar esse processo de endividamento, através da tributação indireta e o princípio da tributação excessiva.

3 I A APROPRIAÇÃO DO FUNDO PÚBLICO E OS IMPACTOS PARA A CLASSE TRABALHADORA E AS POLÍTICAS SOCIAIS

Ao debater a relação da dívida pública com a função do Estado na reprodução do capitalismo, direciona a discussão da apropriação dos recursos do Estado por parte do capital, centralizando o fundo público. Visando compreender também, sobre a dívida pública, o questionamento perpassa a situar onde se localiza esses recursos e quais os impactos na classe trabalhadora.

A concepção sobre o fundo público firma-se na abordagem dos recursos arrecadados através dos impostos dos usufrutos da sociedade, sejam dos contribuintes ou através do consumo, aplicados de forma responsável para as necessidades da população. Desse modo, Brettas (2012) afirma:

Partimos do entendimento de que o fundo público é composto por recursos arrecadados sob a forma de impostos e contribuições pagos tanto pela classe trabalhadora, quanto por capitalistas. Principalmente nos países em que há uma grande desigualdade de renda e riqueza, como é o caso brasileiro, essa arrecadação não se dá de forma igualitária, muito menos progressiva, de modo que a maior parte advém de parcelar significativa do salário recebido pela classe trabalhadora. Para se ter uma ideia, do total de recursos do fundo público, mais da metade é arrecada por meio de impostos indiretos (SALVADOR, 2010) e menos de 4% advém de tributações sobre o patrimônio, que seria uma forma de onerar os detentores de propriedade privada. Isto sem falar que mesmo a parcela paga pelos capitalistas tem sua origem do trabalho e, portanto, na mais-valia extraída por meio da exploração da classe trabalhadora (BRETTAS, 2012, p. 101).

A destinação dos recursos arrecadados, a princípio deveria estar retornando em forma de políticas sociais, melhorias que qualificam as condições de vida da classe trabalhadora, visando uma forma mais “igualitária” de distribuição de renda. A maneira que se dá está repartição, depende da correlação de forças existentes em determinado período do desenvolvimento capitalista.

À vista disso, firma-se a concepção da realidade contraditória perante o fundo público, inerente ao modo de produção capitalista e estabelecido na maioria das categorias analisadas. O fundo público é objeto de disputa, inserido no centro da luta de classes, observando que existem interesses distintos sobre o mesmo, seja eles da classe trabalhadora ou do capital (BRETTAS, 2012).

Ademais, nessa relação antagônicas das classes existe o Estado, que através de suas ações se coloca a favor de uma classe, mesmo diante da pressão da sociedade encontra estratégias que firma posição para a classe dominante. O fundo público sob a responsabilidade estatal, por sua vez, acaba que direciona-se para os interesses da classe dominante. A classe trabalhadora é afetada diretamente por essa apropriação, como aponta Iamamoto (2009),

[...] os investimentos especulativos em ações de empresas no mercado financeiro apostam na extração da mais-valia presente e futura dos trabalhadores para alimentar expectativas de lucratividade futuras das empresas, interferindo silenciosamente: nas políticas de gestão e de enxugamento da mão de obra; na intensificação do trabalho e no aumento da jornada; no estímulo à competição entre os trabalhadores num contexto recessivo, dificultando a organização sindical; na elevação da produtividade do trabalho com tecnologias poupadoras de mão de obra; nos chamamentos à participação e consentimento dos trabalhadores às metas empresariais [...] (IAMAMOTO, 2009, p 20-21).

Mediante o sentimento de coletividade, a dívida pública é partilhada para a sociedade, principalmente para os trabalhadores que pagam impostos desiguais tributados de forma dupla dos seus salários.

Como mencionado anteriormente, mais um reflexo na vida do trabalhador decorre também, do redimensionamento do fundo público, ao invés de retorná-lo para a sociedade por meio das políticas sociais, será apropriado pelo capital, na promessa de cobrir a dívida pública. Um exemplo preciso, na conjuntura atual brasileira, centra-se no discurso do déficit da previdência, que abrange o emocional coletivo para aplicar um desmonte na Política da Previdência Social, que penaliza a classe que vive do trabalho, buscando a legitimidade dos mesmos abarcando uma fala que responsabiliza e traz para a classe o ônus da dívida.

O corte nos gastos públicos atingiu seriamente as políticas sociais, afetando ainda mais a qualidade dos (precários) serviços públicos básicos; seguindo essa lógica, foram propostas também mudanças no Sistema de Seguridade Social. Neste sentido, o então sucateamento dos serviços sociais públicos contribuiu para disseminar uma ideia de sua ineficiência e da necessidade de sua privatização.

Ou seja, o fundo público, que é composto majoritariamente de impostos pagos pela classe trabalhadora, é utilizado para o pagamento da dívida, que por

sua vez, é apropriada pelo capital. Diante disso, o capital toma conta de recursos advindos dos trabalhadores, usurpando assim a sua real finalidade; o retorno do pagamento desses impostos para sociedade, na forma de investimentos públicos em infraestrutura, saneamento básico, educação, saúde entre outros. Ou seja, a dívida pública como um mecanismo de absorção.

O redirecionamento desses recursos para o pagamento da dívida pública resultando diretamente no sucateamento das políticas sociais, as quais se tornam cada vez mais focalizadas e exclusivas, desamparando boa parte da população em situação de pobreza e extrema pobreza, além de tornar as políticas sociais um mecanismo funcional à reprodução do capital. Ou seja, de acordo com Oliveira (2015), o modo como serão implementadas as políticas sociais é definido pela “correlação de forças presentes no interior do próprio Estado, mas sempre com cuidado de não afetar a lógica de acumulação do capital”.

Dessa forma, sua ampliação ou redução deve sempre ocorrer em funcionalidade com as demandas capitalistas (contrarreformas), a exemplo disso, temos os Estados que adotam políticas de cunho reformista, as quais, embora ampliem até certo ponto as políticas sociais, continuam a garantir a reprodução do processo de exploração e acumulação. Pode-se concluir segundo Brettas (2012):

De qualquer forma, poderemos perceber que “ao lado do déficit público e das receitas e despesas estatais como proporção do PIB [...] as proporções e o lugar da dívida pública dos principais países confirmam o lugar estrutural do fundo público na sociabilidade geral” (OLIVEIRA, 1998, p. 24). O autor articular, portanto, a importância que o fundo público passa a ter para a reprodução ampliada do capital ao aumento da dívida pública, explicitando que este é um dos principais mecanismos do Estado na garantia das condições de acumulação capitalista (BRETTAS, 2012, p. 105).

Nesse sentido, as políticas sociais são subordinadas aos objetivos macroeconômicos e demarcadas pelos mecanismos de estabilização, como parte do processo de ajuste estrutural, concebido para concretizar-se durante esse governo. A política social em questão está submetida aos interesses macroeconômicos do grande capital, transgredindo desta forma a seguridade social em seu propósito de universalização e democratização dos direitos sociais, orientando-a sob o signo da privatização e mercantilização.

É necessário compreender que, apesar de a privatização ser o objetivo central dos neoliberais, só interessa na medida em que a administração de fundos e a produção de serviços possam se converter em atividades econômicas rentáveis. Por isso, nos países latino-americanos, entre eles o Brasil, onde a maioria da população é pobre, espera-se tão somente um processo seletivo de privatização dos benefícios sociais, incentivados por políticas estatais, dirigidas à criação de um

mercado disponível e garantido.

Portanto, a classe trabalhadora afetada por todos os lados, busca força para se erguer mediante a crise, fragmentada, fragilizada e tentando sobreviver. O contexto se agrava na crise e o Estado posiciona-se em favor do capital, a agenda neoliberal se intensifica, assim como a correlação de forças, as políticas sociais são minimizadas, atendendo aos pobres entre os pobres. Os governos de esquerdas são perseguidos e o fundo público apropriado, mediante a falácia da dívida pública.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como explicitado, a lógica do sistema capitalista incorpora as sucessivas crises estruturais, atributo que implica na necessidade de articular estratégias de reprodução, que por sua vez, corrobora com a manutenção do sistema. As crises financeiras permitem racionalizar as irracionalidades do capitalismo, segundo Harvey (2010). Nos momentos das crises, o capital reconfigura-se, cria novos modelos de desenvolvimento e expansão, novos campos de investimentos, novas formas de poder de classe, ou seja, através dela, reinventa-se as suas formas de exploração, de modo que não atinja sua estrutura, primordialmente as formas de acumulação (Harvey, 2010).

Por sua vez, o capital ultrapassa uma crise estrutural, desde 1970, designado como período de uma “onda longa recessiva”, como mencionado por Mandel. Nesse sentido, as transformações societárias foram ocasionadas devido às estratégias advindas do sistema, com vistas a perpetuar sua reprodução, ou seja, rentabilidade em forma de lucro e acumulação.

As respostas concentraram-se nas seguintes medidas: reestruturação produtiva, mundialização do capital, neoliberalismo e financeirização, na esfera do Estado, através do Consenso de Washington, foi expandido em âmbito mundial, a implementação da agenda neoliberal, com o objetivo de desarticular o Estado de Bem-Estar Social. Este impulsiona a refuncionalização do Estado, de modo que, diminua sua ampliação para o social e expanda-se para o capital.

Desta feita, através da minimização do Estado, ocorre o ataque aos direitos sociais e conquistas dos trabalhadores. As políticas sociais são maciçamente impactadas, uma vez que, redimensionam o caráter universal, as tornando focalizadas e seletivas.

Isto ocorre, também, mediante dos meios propulsores da acumulação capitalista, através da dívida pública permite-se o consenso social e a reprodução do modo de produção capitalista. A apropriação do fundo público fragiliza ainda mais a classe que vive do trabalho, responsabilizando-a de várias formas e retirando as políticas sociais.

O capital em sua forma mais perversa retira todas as formas de reação do trabalhador, firmando ainda a superexploração e extraído duplamente a mais-valia e retenção direta do salário, enquanto os lucros advindos do capital fictício e mais cruel de todas as formas de arrecadação, que suga do trabalhador desde a força de trabalho até o consumo, além do mais do que o sistema creditaria.

Logo, a classe trabalhadora se vê desprotegida pela minorização das políticas sociais e para, além disso, enquadra-se na perspectiva de endividamento social. Assim, reafirma a desconstrução do Estado e centraliza o capital enquanto ferramenta de exploração de mais-valia.

REFERÊNCIAS

BRETTAS, Tatiana. Dívida Pública: uma varinha de condão sobre os recursos do fundo público. *In: SALVADOR, Evilasio et al. Financeirização, fundo público e política social*. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012. cap. Redução da desigualdade da renda no governo Lula: análise comparativa, p. 93-120.

HARVEY, David. **O enigma do capital: e as crises do capitalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na cena contemporânea. *In: CFESS; ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais*. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 15-50.

OLIVEIRA, Ednéia Alves de. A funcionalidade da política social e os limites da emancipação humana na ordem do capital. **SER Social**, Brasília, v. 17, n. 37, p. 348-367, 2015.

SALVADOR, Evilasio. **Fundo Público e políticas sociais na crise do capitalismo**. *In: Revista Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez, nº 104, p. 605-631, 2010.

SOBRE O ORGANIZADOR

ELÓI MARTINS SENHORAS - Professor associado e pesquisador do Departamento de Relações Internacionais (DRI), do Programa de Especialização em Segurança Pública e Cidadania (MJ/UFRR), do Programa de MBA em Gestão de Cooperativas (OCB-RR/UFRR), do Programa de Mestrado em Geografia (PPG-GEO), do Programa de Mestrado em Sociedade e Fronteiras (PPG-SOF), do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Amazônia (PPG-DRA) e do Programa de Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (PROFNIT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Economia. Graduado em Política. Especialista pós-graduado em Administração - Gestão e Estratégia de Empresas. Especialista pós-graduado em Gestão Pública. Mestre em Relações Internacionais. Mestre em Geografia - Geoeconomia e Geopolítica. Doutor em Ciências. *Post-Doc* em Ciências Jurídicas. *Visiting scholar* na Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na University of Texas at Austin, na Universidad de Buenos Aires, na Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México e na National Defense University. *Visiting researcher* na Escola de Administração Fazendária (ESAF), na Universidad de Belgrano (UB), na University of British Columbia e na University of California, Los Angeles. Professor do quadro de Elaboradores e Revisores do Banco Nacional de Itens (BNI) do Exame Nacional de Desempenho (ENADE) e avaliador do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP/MEC). Professor orientador do Programa Agentes Locais de Inovação (ALI) do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE/RR) e pesquisador do Centro de Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRÍ). Organizador das coleções de livros Relações Internacionais e Comunicação & Políticas Públicas pela Editora da Universidade Federal de Roraima (UFRR), bem como colunista do Jornal Roraima em Foco. Membro do conselho editorial da Atena Editora.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Administração 1, 2, 3, 6, 15, 16, 17, 18, 19, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 55, 57, 61, 67, 71, 72, 86, 109, 120, 121, 123, 137, 138, 139, 156, 161, 191, 212, 221, 224, 225, 232, 234, 246, 268, 271

Administração pública 15, 19, 30, 31, 32, 36, 37, 38, 40, 42, 55, 161, 271

Avaliação de desempenho 202, 203, 204, 206, 207, 210, 218, 222

B

B3 140, 141, 142, 146, 147, 149, 153, 157, 158, 159

C

Capitalismo 251, 252, 256, 257, 260, 263, 264, 265, 266, 269, 270

Carreira 207, 223, 225, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243

Classe trabalhadora 260, 261, 264, 265, 266, 267, 269, 270

Competências 34, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 163, 208, 209, 214, 216, 217, 252, 253, 257, 258, 270

Contabilidade 67, 72, 73, 119, 120, 121, 137, 138, 140, 141, 143, 158, 159, 160

Contratação 247, 248

Controller 65, 66, 67, 68, 71, 72

Cooperativas de crédito 122, 137, 138, 139

D

Decisão 4, 24, 51, 53, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 68, 71, 72, 91, 120, 123, 125, 140, 142, 146, 153, 157, 158, 174, 203, 207, 219, 221, 226, 235, 237, 238, 241, 242, 264

Deficiente 247, 248

Desempenho 19, 43, 71, 73, 87, 99, 123, 125, 126, 127, 128, 138, 159, 161, 162, 164, 165, 166, 173, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 218, 221, 222, 224, 225, 228, 257, 271

Dívida pública 260, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269, 270

E

Educação 39, 42, 55, 56, 124, 202, 203, 204, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 221, 222, 235, 236, 239, 250, 251, 252, 253, 256, 257, 258, 259, 268, 271

Educação corporativa 202, 203, 204, 211, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 221, 222

Eficiência 44, 54, 65, 80, 106, 109, 122, 124, 126, 127, 128, 131, 136, 137, 138, 145, 161, 167, 170, 181, 193, 199

Energia elétrica 192, 193, 194, 195, 197, 199, 200, 201

Ensino 1, 16, 17, 18, 22, 43, 50, 55, 73, 212, 215, 217, 253, 257, 258, 259

Estoques 19, 66, 104, 107, 108, 109, 113, 114

Estratégia 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 13, 14, 15, 45, 46, 47, 62, 71, 93, 94, 100, 101, 125, 191, 202, 204, 206, 209, 212, 214, 261, 271

Extensão 16, 17, 18, 29, 192

F

Felicidade 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 232, 233, 234, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 246

Fluxo de caixa 65, 66, 68, 72, 126, 143, 145, 150, 152, 154, 156

Fundo público 260, 261, 263, 266, 267, 268, 269, 270

G

Geração distribuída 192, 193, 194, 195, 197, 198, 199, 200, 201

Gestão 2, 1, 2, 3, 13, 15, 16, 19, 24, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 54, 55, 56, 57, 60, 63, 65, 72, 73, 77, 78, 80, 81, 88, 90, 91, 92, 93, 95, 96, 98, 100, 101, 102, 103, 104, 124, 127, 128, 130, 136, 159, 161, 162, 163, 164, 172, 174, 185, 190, 191, 202, 203, 204, 207, 208, 210, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 225, 228, 234, 237, 239, 257, 267, 271

Gestão da informação 88, 90, 91, 92, 93, 95, 101, 103

Gestão do conhecimento 55, 73, 88, 91, 92, 95, 102, 103, 214, 215, 221

Gestão participativa 30, 41

Gestão por competência 44, 45

Gestão pública 30, 31, 32, 33, 35, 38, 41, 42, 72, 162, 164, 271

Gestor 19, 26, 35, 44, 45, 49, 50, 52, 53, 54, 59, 60, 61, 66, 69, 81, 123, 125, 145, 203, 220

Globalização 58, 91, 105, 136, 230, 250, 251, 252, 253, 256, 258, 259

I

Indicadores de desempenho 161, 162, 164, 165, 166

Inovação 89, 92, 93, 94, 102, 171, 202, 203, 204, 209, 210, 217, 218, 219, 221, 222, 257, 271

Investimento 27, 65, 68, 69, 70, 72, 80, 109, 127, 130, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 209, 261, 262

L

Lucro 24, 25, 26, 27, 70, 74, 104, 106, 107, 126, 127, 206, 262, 263, 265, 269

M

Mercado de trabalho 75, 230, 231, 237, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 256

Mineração 161, 162, 163, 166, 168, 169

Mineradora 170, 173, 182, 183, 188, 190

Mulheres 41, 223, 226, 230, 231, 232, 233, 234, 240, 241, 242, 243

O

Organizações 2, 3, 5, 6, 8, 13, 14, 15, 33, 36, 40, 41, 44, 54, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 66, 72, 77, 89, 90, 93, 100, 101, 102, 103, 105, 123, 124, 138, 159, 170, 171, 172, 173, 202, 205, 212, 214, 216, 218, 219, 222, 226, 228, 231, 243, 246, 257

P

Paradigma 30, 31, 32, 36, 37, 38, 217, 220, 232

PEARLS 122, 124, 126, 127, 128, 129, 131, 136, 139

Pensamento estratégico 1, 2, 13, 14

Pesquisa 2, 6, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 40, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 63, 66, 73, 75, 79, 82, 94, 95, 102, 111, 113, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 125, 126, 127, 128, 132, 134, 135, 136, 137, 140, 146, 147, 153, 157, 158, 159, 161, 162, 164, 165, 166, 167, 169, 170, 181, 182, 186, 187, 190, 191, 202, 204, 211, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 232, 233, 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 250, 257, 271

Plano de ação 74, 78, 79, 85, 184, 185

Prevenção de perdas 104, 105, 106, 107, 108, 109

Processo decisório 35, 40, 44, 61, 65, 71, 72, 91, 102, 144

Q

Qualidade 32, 33, 44, 45, 50, 57, 58, 60, 63, 76, 78, 80, 81, 82, 87, 89, 92, 117, 119, 126, 129, 142, 144, 145, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 179, 181, 182, 183, 185, 190, 191, 202, 203, 204, 206, 207, 209, 210, 221, 223, 225, 234, 238, 240, 241, 242, 257, 267

Qualificação 200, 203, 204, 206, 210, 214, 215, 216, 217, 252, 257

T

Tomada de decisão 4, 51, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 66, 67, 71, 72, 91, 123, 140, 142, 153, 157, 158, 174, 203, 219

Trabalhador 176, 231, 251, 259, 267, 270

Trabalho 2, 3, 16, 19, 28, 35, 41, 42, 46, 47, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 57, 61, 66, 67, 71, 75, 76, 80, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 104, 108, 109, 113, 128, 146, 160, 161, 162, 165, 167, 169, 171, 179, 191, 192, 200, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 213, 214, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 250, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 262, 265, 266, 267, 269, 270

Transparência 54, 88, 89, 90, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 124, 125, 140

Treinamento 174, 176, 202, 203, 204, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 217, 221

V

Varejo 104, 105, 106, 107, 109, 112, 113, 119, 120, 121

GESTÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

GESTÃO, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 